

20º Seminário de Diamantina

Título: Uma cidade às escuras? Eletricidade e os limites do progresso em Belo Horizonte na década de 1910.

Autor: James William Goodwin Junior

Filiação Institucional: CEFET-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais)

Resumo:

O processo de eletrificação da nova capital de Minas Gerais foi marcado pelas expectativas referentes à eletricidade, e, também, por problemas técnicos, financeiros e logísticos, que geraram um fornecimento irregular de energia, sendo a iluminação pública (ou falta dela) uma das principais reclamações da imprensa local. O presente artigo aborda fontes oficiais, como os Relatórios de Prefeitos, e textos jornalísticos, buscando iluminar aspectos do serviço de eletricidade urbano. Atenção especial é dada a uma charge, publicada em revista local, reveladora das limitações do progresso em Belo Horizonte, quer em termos práticos – parca iluminação pública; quer culturais – preconceitos étnico-raciais.

Palavras-chave: Eletricidade; Belo Horizonte, MG; Imprensa; Progresso; Racismo

Área Temática: 3. História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica.

I. Introdução

A eletrificação da nova capital de Minas Gerais iniciou-se concomitantemente às obras de construção da cidade, planejada e criada por ato oficial do Estado e inaugurada em 1897.¹ A Cidade de Minas, depois Belo Horizonte, foi criada para ser uma vitrine do desenvolvimento econômico e moral do povo mineiro; o ambiente urbano deveria concretizar todos os ideais da modernidade, como compreendida à época.²

A energia elétrica era uma das facetas mais obviamente visíveis e brilhantes desse conjunto de artefatos socialmente significativos:

Além da iluminação propriamente dita – pública ou doméstica – e dos meios de transporte, a energia elétrica (ou seus princípios básicos) embasava e tornava possível a proliferação de uma infinidade de novos produtos e serviços, particularmente dos eletrodomésticos, e o desenvolvimento dos principais meios de comunicação, como o telégrafo, o telefone e o rádio. (MARTINS, 2001, p.17)

Poucas eram as pessoas que compreendiam como se gerava e transmitia a energia elétrica, ou mesmo o funcionamento dos diversos equipamentos por ela acionados. Mas isso não impedia – ou, talvez, até facilitasse – a transformação da eletricidade num fenômeno-síntese, ao mesmo tempo produto e produtor da modernidade. Como afirma um estudo sobre o processo de eletrificação nos Estados Unidos, a “eletricidade não era apenas uma questão de lucros; ela ajudou a definir a modernidade, o progresso e o bem-estar físico e social. [...] a eletrificação tornou-se inextricavelmente vinculada às ideias de progresso social e transformação da natureza humana” (NYE, 1992, p. 141, 147).

Neste contexto, compreende-se o entusiasmo com que as lideranças políticas mineiras destacavam o processo de eletrificação, apresentado como evidência de que a gigantesca e onerosa empreitada da nova capital confirmava a modernidade e o progresso regionais. Entusiasmo que ecoa, por exemplo, em texto escrito mais de um século após a inauguração da cidade, ao elaborar uma memória dos serviços elétricos no Brasil:

A eletricidade chega a Belo Horizonte ainda durante a sua construção, iniciada pelo engenheiro Aarão Reis em 1894 e, três anos depois, quando de sua inauguração, com cerca de 10.000 habitantes e centenas de pontos de luz, tornava-se a primeira capital brasileira inteiramente dotada de iluminação elétrica. (MARTINS, 2001, p.97)

Apesar do destaque dado aos pontos de luz, esse discurso não considera que o processo de eletrificação de Belo Horizonte se fez, também, por caminhos pouco iluminados e por áreas de sombra.

II. Breve histórico da eletrificação de Belo Horizonte

Diferentemente de outras cidades brasileiras, em Belo Horizonte o serviço de energia elétrica, incluindo a telefonia e, posteriormente, a viação pública, estiveram sob administração municipal durante as três primeiras décadas de seu funcionamento. Em sua obra de resgate da história e memória da cidade, publicada como parte das celebrações do cinquentenário da sua inauguração, Abílio Barreto faz um breve resumo sobre os primórdios da eletrificação em Belo Horizonte:

Iluminação elétrica – Como se sabe, a primitiva iluminação elétrica da nova Capital foi inaugurada no dia 11 de dezembro de 1897, véspera da inauguração

¹ Para uma introdução à história da criação de Belo Horizonte, ver VARIA HISTORIA, 1997.

² Uma síntese dessas ideias pode ser encontrada em AZEVEDO, 2016.

oficial da cidade. Essa iluminação era produzida pela Usina do Freitas, no Ribeirão Arrudas. As instalações foram feitas pela Companhia Mineira de Eletricidade de Juiz de Fora, então dirigida pelo grande industrial mineiro Bernardo Mascarenhas. Em 1909 inaugurou-se a Usina do Rio das Pedras e em 1912 os serviços de eletricidade foram arrendados à Empresa de Eletricidade e Viação Urbana de Minas Gerais. Em 1928 esses serviços reverteram ao Estado, sendo então criado o Departamento de Eletricidade, sob a direção do Dr. Flávio Fernando dos Santos. Em 1929 extinguiu-se o Departamento, sendo os serviços arrendados à Companhia Força e Luz de Minas Gerais, que ainda os explorará por alguns anos, de acordo com o respectivo contrato. Presentemente, o consumo de energia elétrica na Capital é de 6,112,171 kw-hora. (BARRETO, 1950, p. 194)

A primeira usina hidrelétrica a fornecer energia para a cidade, a Usina do Freitas, teve sua construção iniciada em março de 1897 (PENNA, 1950 p.42).³ Durante muitos anos, foi a única fonte de energia elétrica da cidade. Mas, desde cedo, apresentou problemas, com interrupções constantes no fornecimento de eletricidade. No primeiro relatório apresentado ao Conselho Consultivo da capital, o prefeito Bernardo Pinto Monteiro explicava as deficiências que limitavam a expansão do fornecimento de energia elétrica aos seus habitantes:

Infelizmente a iluminação da cidade ainda não está completa, apesar de já existirem 1.050 postes assentados, desde a usina. Há trechos de ruas e ruas onde a mesma se torna indispensável. Apesar de reclamações reiteradas, ainda não pude atender a diversos cidadãos, que se queixam de falta de luz em trechos de ruas fronteiros às suas casas, o que é ocasionado pela falta de material, cuja aquisição é pesadíssima, e mesmo porque, o acréscimo de mais luz depende de providências que não é fácil tomarem-se de pronto. // Aos particulares, que têm requerido luz para suas casas, e que não são poucos, não tem sido possível atender, receoso como estou da insuficiência da energia, da maneira por que é feita atualmente a iluminação. // Para servir a uns não é justo que ponha sob ameaças toda a cidade. (*Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas*.1900, p. 34)

O sistema elétrico da cidade não era confiável. No relatório apresentado em 1905, o prefeito incorporou a avaliação apresentada pelo Diretor da 2ª Diretoria, responsável pelos serviços de eletricidade:

Dizer, porém, algo de bom sobre a qualidade e quantidade da luz pública e particular seria negar os fatos. É notória a deficiência de energia para as necessidades da cidade: a iluminação pública é escassa e fraca, a particular é frequentemente sujeita a oscilações e não puderam ser atendidos muitos pedidos de ligações novas. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Bello Horizonte pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905*. 1905, p. 42)

A situação era tão precária, que não haver grandes interrupções no fornecimento de energia era fato a ser registrado: “A iluminação tem funcionado sem interrupção sensível, de setembro do ano findo a esta parte.” (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Bello Horizonte pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905*. 1905, p. 33). Além da diferença entre a energia fornecida e a crescente demanda, outras partes do sistema de fornecimento também apresentavam problemas:

³ Para memórias sobre esta usina, ver BORSAGLI, 2012.

A Luz // O assunto forçado de todas as palestras ontem foi a falta de luz. Corriam várias versões a respeito da causa do novo desarranjo na luz, chegando-se mesmo a afirmar que houvera outra perturbação na Usina de Rio de Pedras. [...] O desarranjo havido não foi, felizmente, na represa e nem na Usina, mas unicamente na linha de transmissão, constando do rompimento de um cabo. (*Diário da Tarde*, 04 jul.1907, p.2)

Algumas vezes a origem do problema não estava nos equipamentos municipais; mesmo assim, o efeito sobre a cidade podia ser impactante:

Apenas uma interrupção de luz teve lugar durante o ano, afetando área considerável da cidade. Empregados dos Telégrafos deixaram que um fio do telefone particular daquela repartição tocasse a linha primária de luz na Avenida Liberdade [atual avenida João Pinheiro], resultando curto-circuito, ficando as 5ª, 6ª e 7ª seções urbanas privadas de luz até 8 horas e 30 da noite de 28 de agosto. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908*. 1908, p. 56)

A maneira mais eficiente de melhorar a qualidade do sistema seria o aumento da energia fornecida à cidade. Para isso, alternativas começaram a ser buscadas pela administração municipal:

É evidente que a energia elétrica não satisfaz às necessidades da Capital: tanto a iluminação pública como a particular precisam de ser aumentadas e melhoradas. // A Prefeitura procedeu a estudos nas diversas cachoeiras que se lhe afiguravam em melhores condições de captação, dentro da zona de 8 a 9 léguas de raio, parecendo-lhe preferível a do rio das Velhas, a cerca de 1 quilômetro da povoação denominada Rio de Pedras. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Belo Horizonte pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905*. 1905, p. 34)

Outras soluções também eram apresentadas pela imprensa local. No mesmo artigo em que relatava o rompimento do cabo de transmissão, o jornal *Diário da Tarde* comentava:

Tivemos o prazer de ver que o sr. Prefeito e o sr. Diretor da Eletricidade, reconhecendo os defeitos da linha que conduz a força de Rio de Pedras, já têm estudado cuidadosamente o assunto, cogitando de uma instalação a gás pobre, de modo a fornecer luz à cidade, sempre que houver acidentes na linha. [...] É uma necessidade que se impõe, esta de uma instalação suplementar, visto como uma cidade da ordem de Belo Horizonte, em crescente progresso, não pode estar sujeita às eventualidades e defeitos da linha de transmissão de força. (*Diário da Tarde*, 04 jul.1907, p.2)

A implementação de uma usina movida a gás pobre efetivamente entrou nos planos da Prefeitura, ficando o contrato a cargo da Casa Siemens, empresa local de comércio de equipamentos e serviços elétricos. Sua construção, porém, só foi iniciada em 1911 (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles*. 1911, p. 41). A inauguração ocorreu em 19 de abril de 1912, “nessa época considerada a maior da América do Sul” (PENNA, 1950, p.128).

O investimento mais imediato se deu, entretanto, na construção de uma nova hidrelétrica, maior, mais potente e mais estável. Em 20 de junho de 1906 a Prefeitura comprou os terrenos adjacentes à cachoeira do Rio de Pedras. Em 23 de julho a Prefeitura assinou um contrato “com a firma Guinle & Cia., para execução das obras e instalações do Rio das

Pedras, para aumento da energia elétrica da Capital”, incluindo instalações, maquinário e sistema de transmissão (PENNA, 1950, p.92).⁴

A distribuição de energia elétrica da nova usina foi iniciada em 11 de maio de 1909 (PENNA, 1950, p.107). A possibilidade de fornecimento de energia estável e maior levou a Prefeitura a redimensionar o aparato elétrico na região central da cidade:

Luz // A fim de melhorar as condições da iluminação de diversos pontos da cidade, o que se tornará possível com a ligação da nova energia proveniente do Rio de Pedras, foram atacados grandes serviços para o desenvolvimento de muitas e diferentes linhas, nas Avenidas Afonso Pena, Comércio, Paraná, Floriano Peixoto, Carandaí, do Contorno, Tocantins, Praças do Mercado e Estação, ruas dos Guaicurus, Curitiba, Piauí, Timbiras, Caetés, Aimorés, Rio de Janeiro, Tamoios, Guaranis, do Chumbo, Maranhão, Gonçalves Dias, Ceará, Tupis, Pouso Alegre e Sapucaí. // Foram usados nesses serviços 600 postes metálicos, tendo sido encomendados mais outros 600 para o mesmo fim, estando eles prestes a chegar. // Para o consumo particular são empregadas 71.923 velas, distribuídas por 535 consumidores, e mais 3.334 velas, distribuídas por 8 consumidores gratuitos. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Brandão* [1908-1909]. 1910, p.41-42)

Como ocorria em outras partes do mundo, a eletricidade foi usada, também pela Prefeitura de Belo Horizonte, para valorizar alguns eventos na cidade: “diversos serviços, de iluminação e ornamentação, todos de magnífico efeito, foram realizados no Prado Mineiro, onde a 7 de setembro findo realizou-se a Exposição Agropecuária” (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Brandão* [1908-1909]. 1910, p.42).

Nota-se, na imprensa local, um maior investimento do comércio na propaganda de empresas, equipamentos e serviços ligados à eletricidade. Numa mesma edição do *Diário da Tarde* podem ser encontrados dois anúncios da empresa Eletricidade Trajano de Medeiros & C., que se anunciam como “Agentes da Westinghouse Electric & Manufacturing C. de Pittsburgh”, encarregando-se “de instalações domiciliares, de luz elétrica, telefones, campainhas, ventiladores etc., para o que dispõem de pessoal competente”, bem como da “construção de usinas centrais de força elétrica, iluminação de cidades, fábricas etc.”; o endereço era na Rua da Bahia, 1087 (*Diário da Tarde*, 28 abr.1910, p.2). Em outra edição encontra-se um anúncio da casa de material elétrico Siemens, “das afamadas fábricas “Siemens ShuckerTwerke” da Europa”, oferecendo serviços para “instalações de força, luz e tração elétricas; telegrafia, radio-telegrafia, elevadores, bombas elétricas, perfuradores etc. etc.”; atendiam à Rua da Bahia, 1057, e pelo telefone 184 (*Diário da Tarde*, 13 ago.1910, p.4).

Em 24 de outubro de 1910 o jornal *Diário da Tarde* publicou uma edição especial, contendo um “Guia de Belo Horizonte”, funcionando como “indicador dos escritórios de profissionais e dos estabelecimentos comerciais e industriais de primeira ordem”. Neste, sob a categoria “Material Elétrico”, foi listado apenas o nome de Domingos de Meira, com endereço à Rua da Bahia, 1398, e o telefone número 190 (*Diário da Tarde*, 24 out.1910, p.3). Entretanto, nesta mesma edição, na última página, tradicional espaço dos anúncios, divulgavam-se dois diferentes estabelecimentos comerciais do ramo elétrico. A Casa Standard anunciava a venda de vibradores e vassouras elétricas, sendo estas

⁴ Sobre a usina de Rio das Pedras, que continua em funcionamento, ver MEMÓRIA DA ELETRICIDADE [2019].

propaladas como “a última novidade”, a 200\$000 cada. O endereço: Rua da Bahia, 1030 (*Diário da Tarde*, 24 out.1910, p.6). Na coluna ao lado, outro anúncio, mais graficamente elaborado, com a imagem desenhada de uma grande lâmpada elétrica, apresentava uma empresa que se antecipava à diversificação das fontes de energia na cidade: “Lâmpadas Siemens // É a mais econômica // À venda na Companhia Brasileira de Eletricidade // Instalações de luz, força e tração elétricas, acionadas à força hidráulica, à vapor, a querosene ou a gás pobre”. O endereço era o mesmo do anúncio publicado meses antes, pela Casa Siemens: Rua da Bahia, 1057 (*Diário da Tarde*, 24 out.1910, p. 6).

Tais anúncios revelam a crescente confiança comercial no fornecimento de energia e, conseqüentemente, no aumento e diversificação do consumo de produtos e serviços ligados à eletricidade. Parecem sugerir, também, o surgimento de uma área comercial especializada, já que todos os endereços estavam localizados na Rua da Bahia, a qual servia como via de contato entre o setor comercial e a parte mais elegante da cidade.

Apesar de todos os esforços e do entusiasmo, porém, o fornecimento de energia elétrica da cidade – ou melhor, sua falta – continuou a ser um problema:

Nem Força, nem Luz // À hora em que redigimos esta nota, temos ainda a necessidade de acendermos ao lado uma vela, embora, pendida do artesão do teto, sobre nós baloie forte lâmpada, agora transformada em uma ígnea espiral que mais faz sobressair a escuridão que há muitos dias nos acabrunha e aterra. [...] Se fossemos somar os visíveis prejuízos e danos acarretados pela falta de energia elétrica que paralisa, por 2 terços, a *anima urbis*, ficaríamos deveras profundamente desolados, se a nossa justa indignação de porta-voz do povo não se atesse às infíndas queixas que já nos chegam constantemente aos ouvidos. // Por mais que se procure justificar, a Casa Guinle não tem procedido com a honestidade e a correção que se esperava nesse contrato, por que tanto se empenhara com a Prefeitura, de fornecer: energia elétrica, que é a vida desta cidade. (*Diário da Tarde*, 28 abr.1910, p.1)

Os jornais desta época eram compostos, normalmente, por quatro páginas, sendo impressos em uma única folha de papel, dobrada. A prática era imprimir primeiro o lado externo, composto pela primeira e quarta páginas, porque a última, reservada aos anúncios, tinha pouca variação e já ficava com a prancheta pronta para impressão, ganhando tempo. As páginas internas, 2 e 3, eram impressas por último. Isto permitia a atualização dos textos publicados na primeira página, como pode ser visto neste caso:

Tivemos a imensa satisfação de ver as nossas reclamações contra a falta de estabilidade do nosso serviço de iluminação e viação elétrica, em má hora entregues à firma Guinle e Comp. [...] encontrarem eco no seio da imprensa local. [...] Informações fidedignas dizem-nos que enérgicas providências foram tomadas pelo digno sr. dr. Prefeito. // O povo, porém, deseja, quer uma coisa: que a direção do serviço elétrico seja arrancada à goela voraz do srs. Guinle & Comp.; são falhas de fé quaisquer afirmações e promessas por parte de tais senhores. (*Diário da Tarde*, 28 abr.1910, p.2)

As críticas à empresa Guinle & Cia. devem ser lidas, também, no contexto do grande embate que se desenrolava entre dois grupos empresariais no setor elétrico. Em 1909 a Guinle & Cia. transferiu todos os seus negócios elétricos para uma nova empresa, a CBEE – Companhia Brasileira de Energia Elétrica, de capital majoritariamente brasileiro. Esta estratégia visava melhor qualificá-la para a intensa disputa pelos contratos de prestação de serviços públicos dos municípios mais significativos e rentáveis do Brasil. Sua principal concorrente e opositora era a empresa de capital canadense-anglo-

estadunidense, a Light & Comp., responsável pelos serviços de eletricidade em São Paulo e no Rio de Janeiro.⁵

Na capital paulista a Light também havia enfrentado grande oposição popular e resistência da administração municipal, devido ao preço, qualidade e características monopolísticas de seus serviços.

Esse monopólio simultâneo dos serviços mais essenciais dotara a empresa do poder de manipular o mercado de valorização do solo urbano, de forçar associações com particulares em manobras especulativas e eventualmente de corromper autoridades e instituições, como é fácil de se imaginar e em nenhum instante escapou à percepção da população ou da imprensa de linha mais crítica. (SEVCENKO, 2024, p.176)

O fracasso do prefeito ao tentar restringir o alcance do poder da empresa teve como resposta “um motim popular de grandes proporções, com a ocupação do Triângulo, Praça Antônio Prado e boa parte da Avenida São João pelos estudantes e populares, forçando a ocupação militar dos escritórios da Light e do jornal a ela filiado, *A Gazeta*” (SEVCENKO, 2024, p.177).

Enfrentamentos como esses revelam as tensões e as alianças em torno da ação dos grupos empresariais no setor elétrico. Uma interpretação originalmente referente ao período da Grande Depressão nos Estados Unidos parece valer, também, para o Brasil no início do século XX:

As comunidades locais não viam as prósperas companhias de energia como uma parte lógica de um reajuste estrutural a longo prazo da economia. Ao invés disso, os serviços de utilidade pública pareciam estar ricos devido às exorbitantes taxas elétricas, ações infladas, controle monopolista [...]. (NYE, 1992, p.349)

Apesar de todos os problemas, a edição especial do *Diário da Tarde* celebrando o 13º aniversário de Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1910, fez um balanço positivo sobre “A Eletricidade” na capital:

Belo Horizonte possui duas usinas geradoras de eletricidade, em Rio de Pedras e Freitas, produzindo atualmente 850 kilowatts. // Com novos dispositivos, facilmente executáveis, a capacidade produtora dessas usinas pode ser elevada a 2.050 kilowatts. // Está em construção uma usina a gás pobre, que terá uma capacidade de 1.200 Kwts. // A energia consumida pela iluminação pública e particular é de 540 Kwts. A iluminação pública é servida atualmente por 109 lâmpadas de arco voltaico e 1.000 lâmpadas incandescentes. (*Diário da Tarde*, 12 dez.1910, p.3)

O tom de confiança no desenvolvimento do sistema elétrico urbano era reforçado por uma notícia publicada em outra coluna da mesma página, anunciando que havia sido inaugurada, “com excelente resultado, a iluminação elétrica da rua Itapecerica, a mais povoada e comercial do bairro da Lagoinha” (*Diário da Tarde*, 12 dez.1910, p.3). Evento que indicava a expansão do serviço de eletricidade para além da zona urbana do projeto original da cidade, delimitada pela Avenida do Contorno.

Apesar desse tom festivo e celebratório, o fornecimento de energia elétrica para a cidade continuou a ser um problema para a administração municipal:

⁵ Para uma análise mais detalhada desse embate, ver HANSEN, 2012, especialmente o capítulo 4.

Rio de Pedras // [...] Infelizmente, temos a registrar diversas interrupções no decorrer do ano, pelos motivos, e em número, que exponho [transformadores queimados exigiram reparos e alterações]. Fica desta forma a Usina aparelhada para satisfazer as exigências sempre crescentes do consumo, quer de luz, quer de força motriz. // Cumpre-me, no entretanto, dizer-vos que, em época não muito remota, se tornará precisa a construção da Usina B, pois julgo que os 600 kw, ora aumentados, serão em pouco tempo esgotados, dado o grande desenvolvimento que esta Capital tem tido. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles*. 1911, p. 39)

Como solução para os problemas dos serviços urbanos de eletricidade, telefonia e viação pública, o prefeito Olyntho Meirelles promoveu a concessão dessas utilidades públicas à iniciativa privada, num processo muito criticado e contestado, principalmente pela pouca transparência e as mudanças no resultado oficial. A partir de 1912, a empresa Sampaio Corrêa & Comp. assumiu o controle dessas atividades (GOODWIN JR. 2018).

III. Um beijo às escuras?

Belo Horizonte não foi o único lugar a ser profundamente alterado nas décadas entre o final do século XIX e o início do XX. No Brasil, entre vários e diversificados movimentos e fenômenos históricos, esse período foi marcado por um furor de destruição e reconstrução dos espaços urbanos, visando modelá-los a um ideal de cidade – e de sociedade – bela, limpa, racional, seguindo os conceitos e as práticas das grandes metrópoles capitalistas, principalmente no Atlântico Norte, mas também em outras regiões do continente americano.

Todavia, havia uma grande lacuna entre as expectativas geradas e os resultados concretos. Por um lado, as cidades brasileiras, por vários motivos, não se equiparavam às urbes tomadas como referência, fossem na Europa, como Paris, capital da França, ou na América, como Washington, capital dos EUA. Por outro, mesmo onde o esforço construtivo conseguia criar um ambiente urbano conforme os ideais de Progresso e Civilização da *Belle Époque*, seus supostos efeitos transformadores esbarravam nas limitações estruturais da sociedade brasileira. Para as lideranças políticas e intelectuais de então, não era suficiente construir prédios e ruas belas e modernas; urgia povoar a cidade com gente civilizada.

Para isso, portanto, as pessoas deveriam aprender a viver de maneira correta e em ambientes adequados. Era necessário estabelecer o que seria aceitável e o que seria risível; o que seria incentivado e o que seria motivo ridicularizado. Era imperativo criar espaços nos quais a modernidade pudesse ser conhecida e vivenciada, estabelecendo uma referência de vida urbana – se não a que existia, aquela que deveria existir, aquela à qual se deveria aspirar e para a qual os esforços deveriam ser direcionados.

Belo Horizonte foi inaugurada em meio a obras em andamento, construções inacabadas, projetos em discussão. Uma década depois de sua inauguração, o espaço urbano ainda se ressentia das condições que permitiram aos detratores da cidade dar-lhe a alcunha de “poeirópolis”. Essa incompletude é expressa num texto que trata das fotografias feitas durante os primeiros anos da nova capital:

O que então dominava Belo Horizonte eram suas ruas desertas, as obras urbanas, a vegetação do cerrado e uns poucos moradores. Puro potencial, pura expectativa no que está incompleto, e uma invenção inconsciente de conceitos novos de cartões-postais: a representação de uma cidade incompleta que deveria ser

mostrada, nas fotografias, como uma cidade *pronta* e a injeção de significado em locais que não diziam nada a ninguém. (TEIXEIRA, 2022, p.43)

Não eram apenas as fotografias, oficiais ou comercializadas como cartões-postais, que procuravam fazer a ponte entre as expectativas de progresso e a cidade vivida. Em muitas cidades brasileiras, como em São Paulo, a imprensa periódica contribuiu nesse esforço, pois,

Ainda que a cidade “concreta” não estivesse aparelhada à altura das maiores metrópoles do mundo, as imagens da cidade construídas pela publicidade somavam-se aos esforços das elites paulistanas para dar “ar” à velha Piratininga. Por isso os anúncios apresentavam imagens que, embora não correspondessem imediatamente ao espaço no qual circulavam, correspondiam às expectativas correntes sobre a organização da cidade. (PADILHA, 2001, p. 99)

A imprensa belorizontina também buscou representar, em suas páginas, uma “cidade de papel”, criando uma aura cosmopolita e moderna. Fazendo uso dos avanços técnicos da área gráfica, que permitiam maior flexibilidade na diagramação e no material publicado, as revistas culturais, especialmente, desempenhavam um importante papel na circulação do discurso da modernidade, trazendo para os deslocados habitantes da nova capital os sinais visíveis da civilização:

Do telégrafo internacional – ponte invisível, que magicamente nos ligava ao “mundo civilizado europeu” – aos caminhos de ferro, de uma ponta a outra, tudo se mobilizava para o desfrute intenso das maravilhas do novo século. Ou melhor, das novidades que o veículo imprensa colocava ao alcance de todos. (MARTINS, 2008, p. 245)

As revistas culturais não apenas compunham essa modernidade; atuavam deliberadamente como agentes privilegiados para defini-la, mostrá-la, exibi-la e difundi-la. Selecionar temas e abordá-los, produzir imagens, diagramar as páginas de maneira a imprimir nos seus leitores e leitoras os atributos de uma cidade civilizada: este era dos desafios mais significativos encampados pelos periódicos culturais. As revistas assumiam papel didático, valorizando ações que iam ao encontro do projeto civilizatório e ao afirmar, por seu discurso, mas, também, por sua existência, que Belo Horizonte era uma cidade moderna.

Mas, assim como nos jornais diários, também nas revistas culturais as limitações da nova capital se faziam presentes. Em textos mais longos ou mais curtos, em crônicas ou poesias, em fotografias e desenhos, e nos anúncios de produtos e serviços identificados com artefatos e práticas modernas, as revistas alardeavam a modernidade – ou, quando entendiam ser necessário, denunciavam sua ausência e suas deficiências.

É no contexto dessas críticas e reclamações sobre a modernidade que deve ser entendida uma charge publicada em revista cultural da capital. Já no seu título o periódico mesclava dois elementos que identificavam a cidade: o discurso de modernidade e o nome – *Novo Horizonte*. A data de publicação do primeiro número também foi uma escolha significativa: 7 de setembro, data de celebração da independência do Brasil.

Como era praxe nos periódicos da época, logo na primeira página apresentava-se a proposta editorial da revista. O texto mistura uma postura apologética de exaltação dos avanços civilizatórios da cidade com a valorização do próprio formato da revista, que viria preencher uma lacuna da cidade, “com a falta sensível de uma publicação da natureza desta, que levasse às vistas de todos os mineiros, por meio de fotografias,

desenhos etc., tudo que possa atestar os grandes progressos, que se vão realizando” na Capital e no Estado:

Na propaganda dos melhoramentos de Belo Horizonte, esta revista procurará levar a seus leitores residentes em os diversos pontos de Minas, através das suas páginas ilustradas e das descrições verdadeiras, todos os melhoramentos, que forem praticados pela Prefeitura, pelo governo estadual e pela iniciativa particular. (*Novo Horizonte*, n.1, 7 set.1910, p. 1)

O fascículo é composto, basicamente, por homenagens a homens destacados na política estadual, com biografias e fotografias. A charge foi publicada numa das últimas páginas da revista, junto com textos de poesia e uma homenagem a poeta local recentemente falecido, acompanhada de sua foto. Numa primeira leitura, a imagem alude à instabilidade no fornecimento de energia elétrica em Belo Horizonte, gerada pelas deficiências na hidrelétrica do Rio de Pedras, como já comentado. A referência é explicitada na legenda que acompanha a imagem: “Beijo às escuras... isto é, iluminada pelo *rio de pedras*.” A Figura 1 reproduz a imagem publicada na revista:

FIGURA 1 – “Beijo às escuras”



Fonte: *Novo Horizonte*, n. 1, p.14. APCBH.

Um olhar mais atento à própria imagem, porém, abre outras possibilidades de leitura. Na parte inferior do desenho, escrita à mão, há outra versão para a legenda: “Beijos às escuras, com batata na linguagem amorosa”. A imagem apresenta um casal, formado por um homem e uma mulher, ambos negros, trajados em vestuário formal, beijando-se de olhos fechados. Vale a pena atentar ao desenho, para depois voltar ao mote da eletricidade.

Uma das primeiras características a ressaltar é o traje de ambos os personagens. Cabelos em corte baixo; mulher com brincos, vestido elegante e sapatos de salto alto; homem de camisa, colete, gravata e paletó, além de polainas no sapato. Para alguém desavisado, o aprumo do vestuário das personagens desenhadas pode parecer exagerado. Todavia, está de acordo com a prática de homens e mulheres negros durante a Primeira República brasileira, de se trajarem da melhor maneira possível, especialmente em momentos especiais. No Rio de Janeiro, por exemplo, os jornais do início do século passaram a dar destaque aos clubes dançantes organizados pelas comunidades negras, inclusive publicando fotografias dos frequentadores dos eventos:

[...] destacava-se nessas imagens o vestuário formal dos presentes, com os homens vestidos de paletó e gravata e as mulheres usando vestidos longos e recatados. Ainda que os modelos dessas roupas pudessem estar longe de ser os mais modernos ou elegantes do período, a opção por eles evidencia o cuidado dos frequentadores do clube com o modo como se apresentariam em seus bailes, semelhante àquele de quem vai a uma missa ou culto religioso. Ficava claro que, mais do que uma determinação das diretorias, o cuidado com a vestimenta compunha uma forma mais ampla de compreensão do sentido desses bailes, compartilhada por boa parte daqueles que os frequentavam. (PEREIRA, 2020, p.155)

A acuidade factual do vestuário não representa, porém, uma atitude necessariamente respeitosa em relação à população negra. Pois, como diz o texto citado, nem sempre as roupas indicavam efetiva elegância, por estarem desatualizadas em relação à moda corrente. Tornavam-se, assim, mais um elemento a ser explorado para criar a linha do humor, o ponto da piada, contrastando a aparente elegância com hábitos considerados inadequados, não civilizados.

Isto pode ser visto, por exemplo, em charge publicada numa revista do Rio de Janeiro, alguns anos antes da imagem belorizontina. O desenho retrata o diálogo entre um casal, formado por uma mulher e um homem, ambos negros, em meio a um baile – à época, se empregava o termo “choro” para essas reuniões músico-dançantes – num dos subúrbios da capital federal.

FIGURA 2 – “Um choro nos cafundorios do subúrbio”



Fonte: *O Malho*, 15 fev.1908, p.22. BNDigital

A legenda da imagem comenta a situação e reproduz o diálogo entre o casal que aparece em primeiro plano:

- Pessoal que, apesar de todos os pesares da época, se desengonça no maxixe, e, depois, de avançar no Paraty,⁶ avança nas goelas dos convidados (Vide jornais). Há exceções, como se pode ver deste diálogo:
- V. Excrecência é a dama mais fermosa desta sociedade...
 - Ah! Quem deras que eu sesse...
 - Oh! Minha senhora! Nunca deixará de o for...

Atente-se não apenas ao conteúdo do diálogo, mas à sua forma. Para o público leitor da revista, “a graça estava justamente na exposição de erros gramaticais grosseiros, que explicitaria o caráter pernóstico de personagens que tentavam alcançar uma elevação que não tinham” (PEREIRA, 2020, p.187). O que se propunha, aqui, era ridicularizar uma população negra e pobre, que buscava se apresentar como se estivesse à altura dos parâmetros civilizatórios da elite branca brasileira. Aquilo que, para as populações negras, era motivo de orgulho – os laços comunitários, as associações identitárias, a musicalidade, a dança, o cuidado com o vestir, o zelo com a autoimagem – tornavam-se, nas publicações dos intelectuais “homens de imprensa”, motivo de deboche e zombaria.

A própria representação física dos personagens, tanto no Rio de Janeiro quanto em Belo Horizonte, explorava os estereótipos racistas do Brasil republicano: “fazia isso em uma representação que, de modo proposital, reforçava de forma negativa o traço de algumas

⁶ Bebida alcoólica.

características físicas associadas aos negros, como o cabelo crespo e os lábios carnudos” (PEREIRA, 2020, p.190).

Voltemos à charge belorizontina. A imagem não tem cenário, nem mesmo chão: os personagens como que flutuam na página, unidos pelo “beijo de batata”, expressão cujo sentido se perdeu, mas que, possivelmente, aludia à maneira como os lábios (exageradamente grandes) se unem no desenho. O vestuário trajado por ambos indica uma situação excepcional, talvez um ambiente festivo, como os bailes das associações comunitárias cariocas. Isto, talvez, permita uma associação com o horário noturno.

Não há, todavia, qualquer elemento na imagem que indique quando a cena ocorre, se em ambiente iluminado ou não. O que nos leva à chocante conclusão: o único vínculo da imagem com a escuridão é a cor da pele dos personagens retratados. O autor do desenho faz um chiste, um trocadilho mental: o beijo é às escuras porque é entre negros. E, se é às escuras, é porque falta luz. E, se falta luz, é porque a hidrelétrica de Rio de Pedras não fornece energia de maneira adequada à cidade.

Assim, o que permite o comentário sobre a precariedade do fornecimento de energia elétrica da capital mineira, o que faz com que a charge funcione como crítica e piada, é um pressuposto racista. O de que o público leitor da revista vai identificar os personagens como negros, vestidos para um evento festivo; que neste evento festivo as regras de comportamento da “boa sociedade” não seriam seguidas à risca. Que o lapso de luz – promovido, como se fosse, pelos serviços mal prestados pela hidrelétrica – seria aproveitado para um ato mais íntimo. Um beijo às escuras, como estava a cidade.

IV. Os limites do Progresso

Em nenhuma sociedade a eletrificação foi um processo “natural” ou “neuro”; em todo lugar ele foi moldado por complexas interações sociais, políticas, técnicas e ideológicas. (NYE, 1992, p. 138)

O processo de eletrificação de Belo Horizonte nasceu de uma decisão político-tecnológica: a de que a nova capital mineira deveria incorporar, desde suas fundações, as mais modernas tecnologias do mundo industrial capitalista. Isto validaria sua pretensão de ser cidade moderna, progressista, civilizada. A eletricidade, como o mais visível sinal dessa civilização, foi implementada e utilizada em vários setores da vida urbana.

Todavia, como vimos, esse processo foi tumultuado tanto pelas dificuldades logísticas e operacionais, quanto por questões políticas. E de concepção econômica do que seria (e para quem seria) uma cidade moderna: após anos gerindo os serviços públicos como parte da administração municipal, a partir de 1911 a Prefeitura fortaleceu o discurso da austeridade fiscal e da primazia do mercado, entregando tais serviços à iniciativa privada (PAULA; MONTE-MOR, 2001, p.37).

As reclamações publicadas pelos órgãos de imprensa permitem dimensionar os obstáculos enfrentados ao longo desse processo, a precariedade dos serviços e até imaginar os impactos desses problemas sobre parcelas da população belorizontina. Por outro lado, revelam também as tentativas das redações de periódicos de participar e interferir na gestão da cidade, brandindo o argumento da opinião pública e da correta interpretação sobre como seria (e quem participaria de) uma cidade moderna.

A charge analisada mostra como os aspectos ideológicos se fizeram presentes nesta campanha pela modernização de Belo Horizonte, especificamente pelo fornecimento de energia elétrica. Uma imagem de pilhéria, aparentemente fazendo troça da precariedade da iluminação pública urbana, mas que evoca, como gatilho para o humor, uma cultura

compartilhada que via as pessoas negras como mais distantes do ideal civilizatório, quer pela inadequação econômica (roupas, profissões, locais de moradia), quer pela inadequação cultural (comportamento moral, hábitos de lazer).

O discurso do progresso e da modernidade urbanas, tão associado a Belo Horizonte, revela-se, assim, duplamente limitado. Nem a cidade fornecia acesso a todos os serviços e tecnologias que a civilização urbana das nações econômica e industrialmente desenvolvidas haviam transformado em sinais característicos de progresso (energia elétrica, transportes, urbanização etc.). Nem a elite intelectual conseguia vislumbrar uma sociedade em que todas as pessoas poderiam participar e usufruir, em igualdade cidadã, de todos os recursos urbanos. Conclui-se, portanto, que a apresentação da nova capital como cidade moderna e progressista escamoteava a realidade.

É importante avaliar, porém, até que ponto isso significava uma falha na execução do projeto, da proposta feita para a cidade. Em termos arquitetônicos, tecnológicos e urbanísticos, pode-se dizer que a construção de Belo Horizonte ficou aquém das expectativas e propostas, quase sempre pela diferença entre o que se podia escrever e desenhar no papel, e o que se conseguia implantar e viabilizar concretamente.

Mas, em termos socioculturais, não se pode dizer que tenha havido um descompasso entre o que se propunha e o que se vivenciou. A modernidade urbana desenhada para a nova capital era excludente, desde o traçado da cidade até a maneira como os diferentes grupos econômicos e culturais eram tratados. Era uma cidade deliberadamente hierarquizada, em termos funcionais, de disponibilidade de moradia, de oferta de serviços públicos.

A população negra, especialmente, foi duplamente excluída da participação na nova capital. Por um lado, a legislação, em diferentes níveis, criou empecilhos para vivências religiosas e hábitos de lazer; tradições e valores foram depreciados; práticas comunitárias e individuais foram transformadas em mote para piadas depreciativas. Por outro lado, a própria presença negra em Belo Horizonte foi excluída da memória e da história urbana. A capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, erguida pelos negros escravizados e livres do Arraial de Belo Horizonte, foi demolida à revelia da Irmandade. Não se cuidou de trasladar os corpos do seu cemitério (SILVA; CARNEVALLI; LOBATO, 2022). Construiu-se uma memória da cidade marcada pela intensa imigração italiana, com presença marcante na imprensa, na vida social e esportiva da cidade. Fica a impressão de que, por ter surgido após a abolição da escravatura, a história de Belo Horizonte não tivesse que lidar com a existência de pessoas negras na cidade.

Um projeto que se pretendia progressista, mas era excludente. Uma cidade moderna, mas nem tão iluminada assim.

Referências Bibliográficas

1. Fontes documentais - imprensa

Diário da Tarde, Belo Horizonte, 1910. Coleção Linhares. Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras. Biblioteca Central, UFMG.

Novo Horizonte, Belo Horizonte, Anno I, n.1, 7 set.1910, p. 14. APCBH – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Disponível em <https://issuu.com/apcbh/docs/c17-a-001>. Acesso 6 abr.2024.

O Malho. Rio de Janeiro, Anno VII, n.284, 15 fev.1908, p.22. BNDigital – Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/O-malho/116300>. Acesso em 18 mai.2024.

2. Fontes Documentais – Relatórios de Prefeitos

Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas. Apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo Prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. Cidade de Minas, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/relatorio-de-prefeito>. Acesso em 9 mai.24.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo com o projeto de orçamento para 1911 pelo prefeito Dr. Olyntho Meirelles em novembro de 1910. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1910. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/relatorio-de-prefeito>. Acesso em 9 mai.24.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Bello Horizonte pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1905. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/relatorio-de-prefeito>. Acesso em 9 mai.24.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Jacob em 16 de setembro de 1908. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1908. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/relatorio-de-prefeito>. Acesso em 9 mai.24.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Brandão. Em janeiro de 1910, sobre assumptos referentes ao ano decorrido de agosto de 1908 a setembro de 1909. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1910. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/relatorio-de-prefeito>. Acesso em 9 mai.24.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles. Em 16 de setembro de 1911. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/relatorio-de-prefeito>. Acesso em 9 mai.24.

3. Fontes bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes de. **A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro**: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro, Mauad X / PUC-RJ, 2016.

BARRETO, Abílio. **Resumo Histórico de Belo Horizonte** (1701-1947). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1950.

BLIGHT, David W. **Frederick Douglass, Prophet of Freedom**. New York, Simon & Schuster Paperbacks, 2018.

BORSAGLI, Alessandro. Imagens inéditas da Usina de Freitas no Ribeirão Arrudas. *Curral del Rey: desconstruindo BH, uma cidade em eterna construção*, 2012. Disponível em: <http://curraldelrei.blogspot.com/2012/08/imagens-ineditas-da-usina-de-freitas-no.html>. Acesso em 18 mai.2024.

GOODWIN JR., James William. “Para a melhor felicidade e comodidade da população”: o arrendamento dos serviços de eletricidade, telefonia e viação urbana de Belo Horizonte, 1911-1912. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, 2018 (47), p. 473-501. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20888>. Acesso em 13 mai.2024.

HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. Eletricidade no Brasil da Primeira República: a Companhia Brasileira de Energia Elétrica e os Guinle no Distrito Federal (1904-1923). Orientador: Carlos Gabriel Guimarães. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1384.pdf>. Acesso em 18 mai.2024.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República**, São Paulo (1890-1922). São Paulo, EDUSP, 2008.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Vida Cotidiana no Brasil Moderno**. A energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930). Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. Usina Hidrelétrica Rio das Pedras [2019]. Disponível em <https://memoriadaeletricidade.com.br/acervo/31131/usina-hidreletrica-rio-das-pedras>. Acesso em 18 mai.2024.

NYE, David E. **Eletrifying America: Social meanings of a New Technology, 1880-1940**. Paperback Edition. Cambridge, EUA, The MIT Press, 1992.

PADILHA, Marcia. **A cidade como espetáculo: Publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20**. São Paulo, Annablume, 2001.

PAULA, João Antonio de; MONTE-MÓR, Roberto Luís de. As Três Invenções de Belo Horizonte. IN: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Anuário Estatístico de Belo Horizonte** [2000]. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Planejamento/Departamento de Informações Técnicas, 2001. p.27-49. Disponível em: http://www.pbh.gov.br/smpl/PUB_P011/anuario2000.pdf. Acesso em 21 mai.2024.

PENNA, Octavio. **Notas Cronológicas de Belo Horizonte**. Introdução: Berenice Martins Guimarães. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1997.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)**. Campinas, Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, EdUERJ, 2020.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2024.

SILVA, Mauro Luiz; CARNEVALLI, Felipe; LOBATO, Paula. Não se esqueça de mim aqui. **Revista**, nº 7, nov.2022. Belo Horizonte, BDMG Cultural. Disponível em <https://bdmgcultural.mg.gov.br/artigos/nao-se-esqueca-de-mim-aqui/>. Acesso em 21 mai.2024.

TEIXEIRA, Carlos M. **Em obras**: história do vazio em Belo Horizonte. 2ª ed. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2022.

VARIA HISTORIA. Belo Horizonte – Cem anos em cem. Revista do Departamento de História / FAFICH / UFMG. Belo Horizonte, n. 18, novembro 1997. Disponível em <http://www.variahistoria.org/edies/tag/Number+18>. Acesso em 13 mai.2024.